

Prefeitura Municipal De Igarapava

FLS: 077

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº. 2.465, DE 07 DE JULHO DE 2021

HOMOLOGA O REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CME.

JOSÉ RICARDO RODRIGUES MATTAR, Prefeito Municipal de Igarapava, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais;

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica homologado o Regimento Interno do Conselho Municipal de Educação - CME, aprovado por seus membros em 07 de julho de 2021, que passa a fazer parte integrante do presente Decreto.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

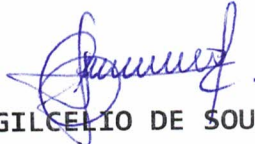
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE IGARAPAVA/SP

Aos sete do mês de julho de 2021.



JOSÉ RICARDO RODRIGUES MATTAR
PREFEITO MUNICIPAL DE IGARAPAVA

REGISTRADO, Publicado e arquivado no livro próprio, data supra.



GILCELIO DE SOUZA SIMÕES
CHEFE DE GABINETE



Prefeitura Municipal De Igarapava

FLS: 078

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº. 2.465, DE 07 DE JULHO DE 2021

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (CME) DE IGARAPAVA/SP

CAPÍTULO I

DO CONSELHO

Art. 1º. O Conselho Municipal de Educação de Igarapava (CME), instituído pela Lei nº 946, de 13 de maio de 2021, de caráter deliberativo, normativo, propositivo, participativo, mobilizador, consultivo, fiscalizador e de controle social sobre os temas de sua competência, é regido pelas disposições contidas neste Regimento.

Art. 2º. O Conselho Municipal de Educação de Igarapava tem como objetivo garantir, aos grupos representativos da comunidade, o direito de participar da definição das diretrizes da política educacional no âmbito do município, concorrendo para assegurar a qualidade da educação oferecida aos munícipes, em especial, a educação pública.

Art. 3º. O CME, no exercício de suas atribuições, propugna pela gestão democrática nas escolas da rede de ensino, zelando para que a educação seja direito de todos, garantindo o acesso e a permanência à escola de forma contínua e com qualidade, sem qualquer discriminação.

Art. 4º. Ao Conselho Municipal de Educação compete:

- I. participar da elaboração, do monitoramento e da avaliação das políticas públicas para a educação do município;
- II. emitir parecer ou se posicionar oficialmente, sobre:
 - a) autorização de funcionamento de cursos, no caso da educação profissional técnica de nível médio; a mudança de proprietário, no caso da educação infantil privada; a paralisação e o encerramento das atividades de unidades escolares da Rede Municipal de Ensino de Igarapava;
 - b) assuntos da área educacional, por iniciativa de seus conselheiros ou quando solicitado;
 - c) propostas de Termos de Colaboração, acordos ou contratos, relativos a assuntos educacionais a serem firmados entre o Município e entidades públicas e privadas;
- III. participar da elaboração, do monitoramento e da avaliação do Plano Decenal Municipal de Educação de Igarapava (PDME);



Prefeitura Municipal De Igarapava

FLS: 079

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº. 2.465, DE 07 DE JULHO DE 2021

- IV. participar do planejamento, da implantação e do monitoramento das diversas etapas das Conferências Municipais de Educação do/no Município;
- V. elaborar e aprovar o seu Regimento Interno;
- VI. divulgar as atividades do Conselho Municipal de Educação nos veículos de comunicação do Município;
- VII. zelar pelo cumprimento da legislação aplicável à educação e ao ensino.

Art. 5º. O Poder Executivo, por intermédio do Departamento de Educação, deve garantir estrutura de apoio, indispensáveis ao funcionamento do Conselho.

Art. 6º. O Conselho Municipal de Educação pode convidar entidades, cientistas e técnicos para colaborarem em estudos ou participarem de comissões técnicas, para a emissão de pareceres específicos, sob a presidência de um de seus membros.

Art. 7º. Em relação ao monitoramento da autonomia pedagógica, administrativa de gestão e financeira das unidades escolares municipais, observa-se o disposto nas legislações vigentes.

CAPÍTULO II

DA CONSTITUIÇÃO E DO MANDATO

Art. 8º. O Conselho Municipal de Educação é composto de 12 (doze) membros assim discriminados:

- I. um representante do Departamento de Educação, Cultura e Esportes;
- II. um representante dos diretores das escolas públicas municipais de Igarapava;
- III. um representante dos diretores das escolas públicas estaduais de Igarapava;
- IV. um representante dos diretores das escolas privadas de Igarapava;
- V. um representante dos diretores das organizações da sociedade civil;
- VI. um representante do magistério público municipal;
- VII. um representante do magistério público estadual;
- VIII. um representante de alunos;
- IX. um representante de pais de alunos;
- X. um representante do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Igarapava;



Prefeitura Municipal De Igarapava

FLS: 080

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº. 2.465, DE 07 DE JULHO DE 2021

XI. um representante do Sindicato dos Educadores do Município de Igarapava.

XII. um representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB);

§ 1º. O CME tem igual número de suplentes.

§ 2º. Os Conselheiros referidos nos incisos I, II e X são indicados pelas respectivas instituições a que pertencem.

§ 3º. Os Conselheiros mencionados nos incisos III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, XII, são indicados pelas respectivas categorias, associações ou entidades a que pertencem.

§ 4º. O Conselheiro constante do inciso XI, é indicado pela instituição que compõem o Sistema Municipal de Ensino e eleito por seus pares.

§ 5º. São membros natos do Conselho Municipal de Educação, o Prefeito Municipal e a Diretora do Departamento de Educação Cultura e Esportes.

Art. 9º. As instituições, associações ou entidades a que pertencem os conselheiros mencionados nos §1º, §2º, §3º e §4º, previstos no artigo 8º, devem encaminhar seus nomes ao Conselho Municipal de Educação para nomeação e publicação no Órgão Oficial do Município.

Art. 10. Os conselheiros terão seus nomes homologados por ato do Poder Executivo.

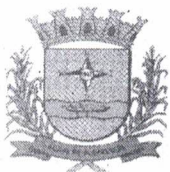
Parágrafo único. A função de membro conselheiro do Conselho Municipal de Educação não será remunerada, sendo seu exercício considerado relevante serviço prestado à municipalidade.

Art. 11. No caso de vacância do exercício de Conselheiro Municipal de Educação, o suplente assume a vaga de titular cabendo à entidade ou ao órgão correspondente indicar um novo conselheiro suplente.

Art. 12. O mandato do conselheiro é de 02 (dois) anos, permitida sua recondução por período igual, mediante a concordância da entidade/associação/segmento que representa.

Art. 13. Deve ser exonerado o conselheiro que, sem motivo justificado, deixar de comparecer a 03 (três) reuniões consecutivas ou a 06 (seis) intercaladas, no período de 01 (um) ano, respeitado o direito de defesa.

Art. 14. O mandato do Presidente é de 02 (dois) anos, permitida sua recondução por igual período, com a concordância dos demais conselheiros, manifestada em Plenária.



Prefeitura Municipal De Igarapava

FLS: 081

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº. 2.465, DE 07 DE JULHO DE 2021

Art. 15. O cargo de Presidente deve ser ocupado por um membro conselheiro, eleito entre os pares, de forma alternada - governamental e sociedade civil, a cada mandato, caso não haja recondução do Presidente, conforme artigo 14.

Parágrafo único. Em caso de vacância ou ao término do mandato do cargo de Presidente do Conselho Municipal de Educação, na primeira reunião Plenária subsequente, os conselheiros devem eleger, entre os pares presentes, o Presidente.

Art. 16. Compete ao Prefeito Municipal a expedição do ato de Nomeação e de Exoneração do Presidente do Conselho Municipal de Educação.

§ 1º. A posse do Presidente será presidida pelo Diretor do Departamento de Educação, Cultura e Esportes.

§ 2º. Durante o mandato, por decisão de 2/3 (dois terços) de seus membros, o Conselho Municipal de Educação pode solicitar a exoneração do Presidente, observando os preceitos legais afins.

§ 3º. Para o ato de exoneração Ex-Ofício do Presidente, deve haver a concordância de 2/3 (dois terços) dos membros conselheiros com direito a voto presentes na Reunião Plenária convocada para esse fim.

CAPÍTULO III

DA COMPOSIÇÃO

Art. 17. O Conselho Municipal de Educação é composto:

- I. do Plenário;
- II. das Comissões Temporárias e/ou Permanentes.

CAPÍTULO IV

DO FUNCIONAMENTO E DAS COMPETÊNCIAS

SEÇÃO I

DO PLENÁRIO

Art. 18. O Plenário, instância soberana de deliberação do Conselho Municipal de Educação de Igarapava, composto por 12 (doze) membros titulares e 12 (doze) membros suplentes, presidido pelo Presidente do Conselho, deve reunir-se, em sessões



Prefeitura Municipal De Igarapava

FLS: 082

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº. 2.465, DE 07 DE JULHO DE 2021

plenárias ordinárias, mensalmente; e, extraordinariamente, quando convocado pelo Presidente ou por 1/5 (um quinto) dos conselheiros, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas.

§ 1º. Na ausência do Presidente do Conselho, em determinada sessão, cabé ao secretário exercer a presidência dos trabalhos durante aquela sessão.

§ 2º. As reuniões ordinárias são realizadas conforme calendário aprovado em sessão Plenária.

§ 3º. Das convocações, devem constar o dia, a hora e o local da reunião, bem como os assuntos a serem tratados.

Art. 19. Compete aos membros do Plenário:

- I. examinar, avaliar, propor e deliberar soluções em relação às pautas e às questões apresentadas ou submetidas à análise do CME;
- II. comparecer às reuniões ordinárias e extraordinárias do CME;
- III. solicitar diligências em processos que, no seu entendimento, não estejam suficientemente instruídos;
- IV. votar e ser votado para integrar os órgãos e/ou comissões técnicas do CME;
- V. propor alterações no presente Regimento;
- VI. exercer outras atribuições e atividades inerentes à sua função de conselheiro de educação;
- VII. deliberar sobre os casos omissos neste Regimento.

Art. 20. A reunião Plenária é instalada com a presença de 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos conselheiros em exercício, em primeira convocação, ou com qualquer número, em segunda convocação.

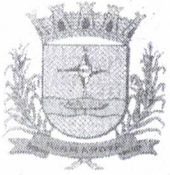
Parágrafo único. A instalação da reunião Plenária, em segunda convocação, ocorre, após decorridos 30 (trinta) minutos do horário fixado na primeira convocação.

Art. 21. As deliberações do Plenário do Conselho Municipal de Educação são aprovadas por maioria simples dos membros presentes, ou seja, 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos conselheiros.

§ 1º. A votação é simbólica, salvo quando requerida outra forma de pronunciamento, aprovada pela maioria dos conselheiros presentes.

§ 2º. O Presidente tem o voto de conselheiro e, no caso de empate, usa o voto de qualidade.

§ 3º. A participação nas reuniões é aberta à comunidade externa, com direito à voz; não, a voto.



Prefeitura Municipal De Igarapava

FLS: 083

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº. 2.465, DE 07 DE JULHO DE 2021

§ 4º. As deliberações do Plenário devem ser registradas em Ata, que será lida e assinada pelos presentes, na reunião Plenária subsequente.

§ 5º. O Plenário manifesta-se por meio de Portarias, de Ordens de Serviço, de Regulamentos, de Instruções Internas, de Resoluções, de Pareceres e de Notas Públicas.

Art. 22. As sessões Plenárias, com duração máxima de 2 (duas) horas, constam de duas partes: expediente e ordem do dia.

§ 1º. O expediente abrange:

- I. leitura e aprovação da ata da reunião anterior;
- II. avisos, comunicações, apresentação de correspondência e documentos de interesse do Plenário;
- III. outros assuntos de interesse do Conselho.

§ 2º. A ordem do dia abrange discussão e votação de matéria para tal fim, designada pelo Presidente, com socialização dos pareceres das comissões, quando houver.

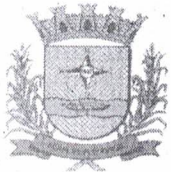
§ 3º. É colocada em discussão a matéria, após relatada, facultando-se a palavra, por um tempo pré-determinado no início da plenária, a cada membro do Conselho, que para tal se inscrever.

§ 4º. O conselheiro, dentro de seu tempo regimental, pode conceder apartes.

§ 5º. O relator tem o direito de dispor de mais 5 (cinco) minutos, após o encerramento da discussão, para suas considerações finais.

Art. 23. Compete ao Presidente:

- representar o Conselho e dar posse aos seus membros;
- convocar e presidir a sessão Plenária;
- requisitar as providências e os recursos necessários ao bom funcionamento do Conselho;
- elaborar a proposta de orçamento do Conselho;
- apresentar o relatório anual das atividades do Conselho;
- declarar vago o cargo ou interromper o mandato do conselheiro, em comum acordo com os demais conselheiros, na forma da lei e deste Regimento;
- distribuir os processos, conforme o assunto, às respectivas comissões, definindo, democraticamente, os seus relatores dentre os membros do Conselho;
- requisitar as diligências e os exames solicitados pelos conselheiros;
- baixar Portarias, Ordens de Serviço, Regulamentos, Instruções Internas, Resoluções e Pareceres;



Prefeitura Municipal De Igarapava

FLS: 084

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº. 2.465, DE 07 DE JULHO DE 2021

- constituir comissões, de caráter temporário, para o desempenho de tarefas determinadas, desde que deliberadas democraticamente em sessão plenária;
- votar nas reuniões Plenárias e nos casos de empate, usar o voto de qualidade;
- cumprir e fazer cumprir este Regimento.

SEÇÃO II

DAS COMISSÕES TEMPORÁRIAS E/OU PERMANENTES

Art. 24. O Presidente do Conselho pode constituir comissões, de caráter temporário e/ou permanente, para o desempenho de tarefas determinadas, sempre que o volume ou a natureza da matéria recomendar a providência.

§1º. No ato da constituição da Comissão, o Presidente do Conselho deve designar seu Presidente.

§ 2º. A Comissão elege, democraticamente, seu relator.

Art. 25. As Comissões são regidas, no que for aplicável, por normas pré-estabelecidas.

CAPÍTULO V

DA ESTRUTURA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA

Art.26. O Conselho Municipal de Educação deve ter a seguinte estrutura administrativa, para dar suporte aos conselheiros:

§ 1º. Todos os profissionais que integram a estrutura técnico-administrativa do Conselho Municipal de Educação, com perfil técnico para a função, são designados, quando necessário, dentre os servidores efetivos da Rede Municipal de Ensino e mediante autorização do(a) Gestor(a) Municipal de Educação.

SEÇÃO I

DA SECRETARIA GERAL

Art. 27. Compete ao Secretário Geral:

1. dirigir e coordenar as atividades de redação e de correspondência;



Prefeitura Municipal De Igarapava

FLS: 085

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº. 2.465, DE 07 DE JULHO DE 2021

- II. elaborar as pautas e expedir as convocações para as reuniões Plenárias do Conselho, bem como, das Comissões Temporárias;
- III. coordenar, organizar e atualizar a correspondência, os arquivos, os documentos e os cadastros das entidades representadas;
- IV. organizar a pauta dos trabalhos sob sua responsabilidade;
- V. elaborar relatório das atividades, sempre que solicitado pela Presidência;
- VI. realizar o controle de presença dos conselheiros e apresentar, mensalmente, ao Presidente a relação dos conselheiros faltosos às reuniões Plenárias, dos desistentes e dos exonerados;
- VII. realizar, coordenar e controlar a execução de atividades de protocolo e arquivo de documento;
- VIII. controlar a tramitação de processos e documentos no âmbito do Conselho;
- IX. preparar matéria para publicação no Órgão Oficial do Município, bem como, realizar e coordenar a operação de diversos meios de comunicação;
- X. realizar e controlar as atividades de digitação e reprodução de documentos e textos para publicação;
- XI. realizar e coordenar a catalogação de documentos, de livros, de revistas e de outros, de interesse do Conselho;
- XII. participar de cursos de formação conforme sua área de atuação;
- XIII. substituir o presidente nas sessões plenárias, quando necessário;
- XIV. cumprir as demais atribuições inerentes à função.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 28 Qualquer dúvida sobre a interpretação do presente Regimento, na sua prática, constitui-se questão de ordem, que pode ser suscitada em qualquer fase da reunião Plenária.

§1º. As questões de ordem, quando necessárias, devem ser formuladas, com clareza e com indicação dos dispositivos que se pretendem elucidar e só adquirirão força de obrigatoriedade, quando incorporadas ao Regimento do Conselho.

Art. 29. As omissões ou dúvidas de interpretação deste Regimento são resolvidas pela Plenária do Conselho.



Prefeitura Municipal De Igarapava

FLS: 086

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº. 2.465, DE 07 DE JULHO DE 2021

Art. 30. O presente Regimento pode ser alterado por proposta apresentada em reunião, devidamente discutida e votada na reunião posterior à apresentação da emenda.

Art. 31. Os efeitos deste Regimento entram em vigor na data de sua publicação pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

Igarapava, 07 de julho de 2021.